



Fassada a eleição, o Congresso Nacional vai assumir o seu papel na vida do país. Os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista e os da atual Maioria — que passará à oposição — querem apressar o andamento de grande número de projetos de conteúdo nacionalista e democrático. Para isso contam com o apoio dos trabalhadores.

**Maioria na oposição**

# "Romanceiro Cubano"

RUI FACÓ

Poesia política. Sim, é realmente a que fez Jamil Almansur Addad em *Romanceiro Cubano*. Não é, de certo, um caso inédito no Brasil. O poeta aspira a ser continuador da estirpe de Castro Alves, intérprete que é, de há muito, da obra do Poeta dos Escravos. A diferença que me parece essencial e que não tira nenhum mérito ao cantor de hoje é que ele tem consciência da sua qualidade de poeta político, quer só-lo, enquanto em Castro Alves dominava o espontâneo, a manifestar-se como uma força da natureza.

Mas essa consciência não prejudica de forma alguma a inspiração poética em Jamil Almansur Addad, porque antes de ser político ele já era poeta. E conseguiu aquilo que buscava e de que nos fala no prefácio: o «equilíbrio da dosagem» de uma determinada quantidade de epopéia «mediante a inclusão de coeficiente razoável de lirismo».

É isto em todo um livro de mais de 200 páginas. É algo inédito entre nós. É verdade que muitos poetas brasileiros do passado e da atualidade abordaram a poesia política. Mas faziam-no como se praticas-

sem um pecado. Alguns, mais tarde, se arrependiam amargamente, se envergonhariam desse deslize. Porque depois do último poeta de idéias avançadas que tivemos Mário de Andrade, o Grande — a poética brasileira desceu para o aristocratismo na medida em que iam entrando em decadência poetas que um dia foram renovadores na forma, a exemplo de Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

Nos últimos três lustros tivemos no Brasil uma verdadeira ofensiva, por múltiplas formas, contra a participação do escritor, do poeta, do artista em política, na sua qualidade de escritor, poeta ou artista. Era uma atitude hipócrita, pois esses mesmos combatentes contra a produção intelectual interessada eram os primeiros a fazerem política, a pior política, a política em favor da reação. Carlos Drummond de Andrade (C.D.A.) em crônica no *Correio da Manhã* (2-IX-1958), chegou a escrever: «Quero conservar meus poucos e bons amigos adeptos do lema «politique de abórd...». Enquanto isso, exercitava a musa política em favor da UDN e

de Carlos Lacerda e outros candidatos dos mais reacionários a postos eletivos.

O sr. Bandeira envereda pelo mesmo caminho, caindo numa poesia repugnantemente bajuladora, como aqueles tristemente famosos versinhos dedicados aos norte-americanos: «Amigo, a casa é sua, vá entrando, vá mandando...» E desceu tanto, se era possível, que chegou este ano a um «Louvado» que só se pode justificar se o poeta estiver realmente de miolo mole, como ele próprio admitiu em crônica recente. Eis um exemplar da poesia política de sr. Manuel Bandeira (*Jornal do Comércio do Recife*, 7.VIII.1960):

«Louvo o Padre, louvo o Filho  
O Espírito Santo louvo,  
Louvo aquele que à vassoura  
Chamou espada do povo»  
.....  
Vou cerrar este louvado  
Falado de rima em ovo  
Mas fiquem vocês sabendo:  
— Vassoura é a espada do povo»

É ou não poesia política? A qualidade é má? Não discutimos isto; o tema não ajuda e o poeta já entrou de há muito em plena decadência: é o crepúsculo da estrela da manhã. O que queremos acentuar é que a vida mesma impõe esta participação, essa militância, esse engajamento. E cada um faz o que pode.

Na minha opinião Jamil Almansur Addad faz muitíssimo melhor do que os medalhões. A vantagem está a seu lado. Junta o talento em plena florescência aos temas escolhidos. Seu *Romanceiro Cubano* é a vida contemporânea em âmbito universal. O mundo para ele é um todo, tudo está próximo, íntimo e interessa a todos os homens. E ele vive em poesia as gigantescas transformações da China, a luta de libertação dos povos do Oriente Médio, aos quais está ligado pelo sangue, até chegar a Cuba, por onde aliás o livro começa. O drama de Cuba é justamente o que mais de perto nos empolga, o que nos toca mais o coração e a mente. Sim, porque a poesia de Jamil Almansur Addad se dirige tanto à sensibilidade como à inteligência. E o que podemos chamar de poesia total, poesia humana, poesia corpo e alma.

O poeta conseguiu fugir ao principal perigo — porque também tinha consciência dele: o lugar comum, como escapou ao discurso, à declamação, ao boletim. E alcançou a grande qualidade positiva que se exigia numa poesia desta espécie: simplicidade, naturalidade com beleza de expressão. Eis um exemplo:

«Onde a ilha? Onde? Onde?  
De homens que são mais felizes»  
Saúdamos a nossa froude  
Vinda de tuas raízes.

Nossa nau, Cuba aguerrida.  
Ancorará em teus portos.  
Saúdamos a nossa vida,  
A que nasce de teus mortos».

Qualidade a destacar no poeta é sua perfeita coerência política ao considerar poeticamente os eventos revolucionários de nossa época. Jamil Almansur Addad não paira na

# NACIONALISTAS LANÇAM OFENSIVA EM BRASÍLIA

O atual líder da Maioria na Câmara dos Deputados, sr. Abelardo Jurema, dias após o pleito, afirmou à imprensa que uma das consequências positivas da negativa eleição de Jânio viria a ser o reforçamento do papel do Congresso em Brasília. Aparentemente condenado a uma gradual passividade, meses atrás, o Congresso surge agora com a perspectiva de tornar-se um centro de ação política de primeira importância. Com a passagem da atual Maioria, pelo menos em grande parte, para a oposição, e com a consolidação da Frente Nacionalista, reforçada inclusive pelos setores nacionalistas, pequenos, mas atuantes, que apoiaram Jânio, o Senado e a Câmara — sobretudo esta última — deverão tornar-se um centro político de resistência, fiscalização e pressão sobre o futuro governo.

Desde já mesmo durante este fim de governo do presidente Kubitschek, a tendência do Congresso é a de assumir um papel de crescente importância na vida do país. Em particular, os setores mais combativos da Frente Parlamentar Nacionalista, depen-

dendo do apoio que recebem fora do Congresso, principalmente do movimento sindical e estudantil, pretendem fazer aprovar uma série de projetos de lei, de conteúdo nacionalista e democrático, para criar situações de fato para o futuro governo. Eis uma lista dos projetos que estão em pauta no Congresso, e que são objeto da atenção dos nacionalistas:

- prorrogação da lei do inquilinato;
- paridade de vencimentos entre funcionários militares e civis;
- anistia para crimes políticos;
- reforma do Art. 53 da lei eleitoral, que proíbe os comunistas de se apresentarem como candidatos em eleições;
- nacionalização das cartilhas de depósito dos bancos estrangeiros;
- lei de repressão ao abuso do poder econômico;
- lei de diretrizes e bases da educação;
- extensão do direito de férias e indenização aos empregados dispensados com menos de um ano de serviço;
- regulamentação do direito de greve.

Grande parte das atividades do Congresso, nos próximos meses, será absorvida pela elaboração do Orçamento do Governo Federal, que deve, por lei, estar pronto até 31 de novembro. Não obstante, alguns projetos desta lista poderão ser aprovados, ainda este ano. Tal é o caso da lei do inquilinato, cuja aprovação é indispensável, em face do prazo limitado de vigência da lei atual, que se encerra a 31 de dezembro; da lei sobre o direito de férias, que está na Câmara, já com parecer favorável das Comissões de Justiça e de Legislação Social, dependendo apenas de aprovação pelo Plenário e outras.

## Volta à Constituição

Para os trabalhadores, particularmente, alguns dos projetos enumerados acima têm especial importância: o da paridade entre funcionários civis e militares, que resulta de Mensagem enviada ao Congresso pelo Governo, mas está "engavetado" na Câmara, apesar das repetidas promessas do presidente Kubitschek de que promoveria a sua rápida aprovação; o projeto do deputado Sérgio Magalhães, que estabelece a anistia geral para todos os que foram sujeitos a penas e punições por "crimes políticos" e o projeto de reforma do Art. 53 da Lei Eleitoral.

Este último projeto, do deputado Campos Vergal, procura azeitar a infração do texto constitucional que constitui a proibição aos comunistas de se apresentarem como candidatos em eleições. Enquanto a Lei dá aos tribunais eleitorais a capacidade de impugnar o registro de um candidato, desde que o julgue vinculado ao movimento comunista, o projeto do deputado Vergal mantém essa possibilidade de impugnação, mas a transfere para o período posterior às eleições. O candidato, se eleito, poderia ser diplomado, e a impugnação teria como objeto o seu diploma, e não mais o registro.

Dessa forma, o candidato teria pelo menos o direito de defesa, e se evitaria o processo de violação do regime democrático, que consiste na impugnação do registro de determinados candidatos, em benefício de outros, e na ameaça constante de impugnação que paira sobre os candidatos ligados ao movimento comunista, antes das eleições, e que invariavelmente resulta em prejuízo para a sua votação, seja ou não efetivada a impugnação.

## Direito de greve

Outro projeto de lei que interessa especialmente ao movimento operário e aos nacionalistas é o da regulamentação do princípio constitucional que assegura o direito de greve aos trabalhadores, e a revogação do Decreto 9.070. Esta revogação depende de decisão pessoal do presidente da República, e por isso pode ser conseguida independentemente do voto do Congresso, mas estará automaticamente efetivada uma vez aprovada a Lei sobre o mesmo assunto, pelo Congresso.

Depois de 13 anos de sabotagem à regulamentação desse direito líquido dos trabalhadores, a Câmara dos Deputados finalmente aprovou, em 1958, um projeto do deputado Aurélio Viana, dando uma completa regulamentação ao direito de greve. A aprovação desse projeto foi aplaudida por todo o movimento sindical e democrático, mas o Senado, um ano

depois, tentaria liquidar essa conquista dos trabalhadores, aprovando um substitutivo de caráter reacionário e policial. A questão volta agora à Câmara, onde os deputados nacionalistas e democratas vão insistir na reaprovação do projeto Aurélio Viana, para que o substitutivo do Senado seja feito letra morta.

## Diretrizes e bases

Quanto à lei de diretrizes e bases da educação ocorre o caso quase inverso ao do direito de greve. Desta vez, foi a Câmara que aprovou um projeto de sentido reacionário, que permite o desvio dos recursos públicos destinados ao ensino para os que negociam nesse ramo de "comércio", e sacrifica a escola pública. Enviado ao Senado, este projeto está dependendo de um relatório do senador Auro de Moura Andrade, para que sejam anulados os famosos "cinco artigos", com os quais a Câmara entregou às escolas particulares o atributo de parasitas do Estado.

A chamada "lei anti-truste" será outro centro da atenção dos parlamentares nacionalistas e democratas, nos próximos meses. Trata-se também de um princípio consagrado na Constituição — o da repressão pelo governo "ao abuso do poder econômico" — que até hoje espera sua regulamentação legal. O deputado Agamenon Magalhães, já falecido há vários anos, foi quem tomou a iniciativa de apresentar um projeto à Câmara, cuidando do assunto. Seu projeto, entretanto, ficou "esquecido" nas Comissões daquela Casa, por obra e graça dos grupos econômicos. No ano passado, o governo enviou ao Congresso o projeto da Superintendência do Abastecimento, órgão que deveria substituir a COFAP e acumular as funções de repressão aos abusos dos trusts. Com a criação do Ministério da Indústria e do Comércio, entretanto, este projeto governamental ficou superado, e o projeto Agamenon Magalhães recuperou sua atualidade. E para ele que a Frente Parlamentar Nacionalista volta-se agora, com o objetivo de aprová-lo antes ainda da posse do sr. Jânio Quadros.

Além desta lista de projetos já apresentados à Câmara e ao Senado, muitos dos quais já têm pareceres favoráveis nas Comissões e dependem apenas de aprovação do Plenário, os deputados nacionalistas têm em vista a elaboração e apresentação de vários outros projetos. O mais importante deles é o que se destinará a reformar a atual Lei de Segurança, que tem dado cobertura legal à repressão policial ao movimento democrático e, especialmente, aos comunistas, em muitas ocasiões. Ela está na origem, por exemplo, da decisão judicial que cassou o registro legal do PCB; ainda recentemente, serviu de base à prisão do líder camponês paulista Joffre Correia Neto.

## De Walter Ulbricht a Prestes sobre a morte de Pieck

O primeiro-secretário do Comitê do Partido Socialista Unificado da Alemanha, Walter Ulbricht, enviou a Luis Carlos Prestes o seguinte telegrama: «Caro camarada: O Comitê Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha transmite, por seu intermédio, cordial agradecimento pelo envio da sentida mensagem de condolências por motivo do falecimento de nosso camarada Wilhelm Pieck. Sua mensagem é expressão de que a memória do camarada Wilhelm Pieck permanece no coração dos democratas e amigos da paz de todo o mundo. O Partido Socialista Unificado da Alemanha, inspirado no exemplo do camarada Wilhelm Pieck, continuará sua luta contra o militarismo e a guerra, pelo extermínio do militarismo alemão, pela paz e pela completa edificação do socialismo na República Democrática Alemã.

Ergamos a bandeira do internacionalismo proletário e ajustemos os laços de fraternidade entre nossos partidos, em prol da consolidação da unidade e da ligação de todos os partidos comunistas e operários em sua luta. Estamos convencidos de que nossa causa comum, a causa da paz, da democracia e do socialismo, à qual o camarada Wilhelm Pieck consagrou toda a sua vida, triunfará em todo o mundo.

(a) Walter Ulbricht, primeiro-secretário do Partido Socialista Unificado da Alemanha

## Diplomacia do Dólar

Um livro de grande atualidade acaba de lançar a Editorial Vitória: «A Diplomacia do Dólar», do autor soviético L. Vladimirov. O livro apareceu recentemente em Moscou. Mas, embora ao calor da grande luta que trava hoje o povo cubano pela sua independência e pelo progresso, não é um livro panfletário nem apaixonado. É história, história à luz do marxismo, história que leva em conta o povo e suas lutas e não apenas os atos e as palavras de personalidades, de estadistas, ou mesmo de governos.

Mais do que a posição dos Estados Unidos, na história, em relação a Cuba, «Diplomacia do Dólar» nos revela todos os meandros do que foi a primeira guerra da época imperialista: a guerra dos Estados Unidos pela posse das remanescentes colônias espanholas da América.

A história que em geral se confabula a respeito era do papel de bom moço desempenhado por Tio Sam em relação a Cuba, Porto Rico e Filipinas. Como se os norte-americanos fossem os anjos-da-guarda daqueles povos coloniais que já lutavam por sua libertação. Este livro nos mostra a verdade toda: os Estados Unidos se apresentaram na qualidade de candidatos a herdeiros de restos de um domínio colonial que a Espanha não podia mais sustentar. Os povos que tinham vivido séculos sob o domínio de Castela já estavam em vias de conquistar sua completa emancipação quando chegaram os fuzileiros navais norte-americanos, os navios de guerra norte-americanos, os soldados de ocupação norte-americanos. Não o para ajudar, mas precisamente para impedir que aqueles povos tomassem em suas mãos os próprios destinos.

Vladimirov se fundamenta numa vasta e preciosa bibliografia, inclusive fontes inéditas e documentos oficiais dos arquivos dos Estados Unidos e do Congresso de Washington, em autores norte-americanos e

materiais do Ministério do Exterior da Rússia czarista.

E nos oferece uma visão panorâmica das relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina, em particular Cuba: relações que por mais que se dissimulem como de «boa vizinhança» têm sido apenas de Metrópole para Colônia. Este livro põe a nu toda a monstruosa hipocrisia da política exterior de Washington em relação a seus vizinhos. Mostra o que foi a guerra hispano-americana e suas consequências para afirmar o domínio de fato do imperialismo lanque sobre os povos da América Latina.

Neste momento em que o bravo povo cubano está novamente lutando contra os ardis do poderoso vizinho do Norte, «Diplomacia do Dólar» é um brado de alerta, um chamado de solidariedade a Cuba e uma advertência a nós mesmos quanto ao nosso futuro.

Um livro que merece ser difundido ao máximo.

R. F.



\* Ed. Brasiliense, São Paulo, 1960.